



ERA VARGAS: IMAGEM, COMUNICAÇÃO E PODER (1930-1945)

Cristiane Aparecida Rodrigues

Amanda Dutra Hot

Curso: História Período: 8º Área de Pesquisa: Brasil República

Resumo: Este trabalho propõe uma reflexão centrada na importância da atuação das formas de propagação e divulgação, para a construção da imagem e o exercício do poder no período denominado “Era Vargas”. Para isso, investigamos o posicionamento social antes e depois deste período, a forma de governo implantada e o modo de elaboração, condução e controle da mídia. Como metodologia, utilizamos para esta análise fontes bibliográficas, livros, artigo, análises de obras e teses de autores que relacionam com o tema, sendo realizadas as devidas leituras e selecionados os pontos de relevância para o artigo. Como resultado obteve que, o uso massivo da mídia como aparato de difusão de ideologias, acabou fazendo de sua atuação eficiente e eficaz frente as massas, levando a sua apropriação pelo poder oficial e a conclusão que se chegou é de que por meio dos meios midiáticos criam a imagem de um chefe supremo e seu governo, subsídios básicos para formulação de uma sociedade de acordo com o governo em vigência, atuando como uma nova instância do poder político.

Palavras-Chave: Era Vargas; Ideologia; Mídia; Poder;

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se dedica a mostrar os mecanismos presentes na publicidade e propaganda oficiais no período de 1930 a 1945, o impacto sobre as classes sociais referentes a seu uso, e as modificações que esta nova forma de poder exerce na história do Brasil.

Para se compreender as causas se faz necessário voltar aos acontecimentos anteriores focando nos fatores que levaram ao declínio da forma de governo anterior: a República. Percebermos a configuração dessa sociedade e seus conflitos que são diversos envolvendo a economia afetada pela crise de 1929, também na política com a cisão entre São Paulo e Minas Gerais e o declínio da política do café com leite, além dos conflitos sociais entre a elite e o operariado serão também fatores de relevância para esta análise.

Vargas chega ao poder sem a participação social, ou seja, sua apropriação do poder “representa a vitória de um político e dos colaboradores que o cercavam” (BOECKEL, 2005, p.46), mas percebendo a força que a classe subalterna poderia exercer passa a disseminar uma ideia de vitória do povo, buscando sua aceitação para estabelecer-se frente ao poder com seu apoio e assim fazer existir sua perpetuação no poder como “representante do povo”.

Percebe-se que, a construção do chefe Getúlio Vargas e de seu governo é mediada pela mídia, elemento novo próprio das sociedades modernas como força política na disseminação de ideologias. Considerando o exposto, busca-se responder a seguinte questão: Como a atuação da mídia foi relevante para a construção da imagem e o exercício do poder neste período?

Como forma de responder este questionamento, este trabalho analisará o comportamento das classes subalternas quando expostas aos meios midiáticos, como também a elaboração desta mídia, ora pública e ora privada, juntamente com os órgãos de controle.

Ao abordar a sociedade moderna e seu contato com os meios de propagação e divulgação falaremos um pouquinho de nós, por meio de Getúlio Vargas, visto que os meios de propagação abordados aqui não são novos, vem de Luís XIV, Dom Pedro II, todavia que com o desenvolvimento dos meios de comunicação se tornam ferramentas cada vez mais abrangentes e poderosas que podem distorcer a vontade do povo através de uma realidade projetada, sem que esta seja percebida pelos agentes sociais.

Busca-se analisar a atuação da mídia como influenciadora de comportamentos e ações devido a seu uso ao auxiliar na condução do poder pelo período denominado “getulista”. Para isso analisaremos a importância dos aparelhos ideológicos do estado, a relação entre imprensa e o governo, como também questionamos a formulação da imagem do chefe e de seu governo juntamente com as modificações do comportamento das camadas sociais.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1 Pré-condições para o processo de transformações de 1930

A forma de governo então vigente é o modelo republicano, que ao molde brasileiro acabou se desvinculando do seu próprio nome, pois, república tem como

significado “governo do povo”, porém o “povo” aqui representado é uma ínfima minoria, composta pela elite detentora de direitos, prestígios e poder, desconsiderando desta classificação a classe subalterna.

Por meio do federalismo a classe dominante detém todo o poder governamental através das oligarquias. O destaque é para as oligarquias do Sudeste, São Paulo e Minas Gerais, angariando para si todo poder, por meio da política do “café com leite”.

Sendo assim Monteiro esclarece:

O estabelecimento da República, a bem da verdade o estabelecimento da Federação, permitiu que as diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no âmbito regional, assumindo o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade construindo mecanismos para a sua eternização no poder. Essa era a alma do coronelismo (MONTEIRO, 1990, p.302).

O voto, garantia constitucional, era destinado a poucos, e mesmo a estes, não o compreendia como uma forma de expressar seus anseios políticos, nem mesmo uma busca por representatividade, muito menos de participação política, mas sim como um favor ao coronel, ou mesmo uma forma de obter pequenos benefícios que lhe era conveniente, ou ainda obedecer às imposições do coronel que agia pelo carisma e pela força (LEAL, 1986) caracterizando assim o chamado “voto de cabresto” que move toda esta estrutura político governamental sem muita dificuldade, já que as classes subalternas são facilmente manipuladas a favor das querências da elite.

Os coronéis formavam as chamadas “oligarquias”, que segundo Victor Nunes Leal (1986), é uma forma de governo centralizado nas mãos de uma mínima parcela da sociedade. No Brasil os fazendeiros. As oligarquias eram divididas em três classes sendo São Paulo e Minas Gerais as chamadas oligarquias de 1ª grandeza, já Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul eram consideradas as oligarquias de 2ª grandeza, formando o grupo de oligarquias de maior prestígio. Já as oligarquias do nordeste do país eram as chamadas oligarquias dissidentes que tinha papel marcante na luta oposicionista em relação às forças paulistas e mineiras afinal, estavam fora do jogo do poder, então vigente.

As oligarquias de maior prestígio e poder são as de Minas Gerais e São Paulo devido a dois fatores principais: Pela força de sua organização agrária, sendo São Paulo maior produtor de café e Minas Gerais com o maior contingente de gado leiteiro, ficando expresso assim uma economia capitalizada nos dois casos apresentados. Além disso, é importante citar o contingente populacional nestes dois estados que eram maiores que nos demais, tendo assim direito a um maior número de deputados federais já que a Constituição de 1891 garante a correlação entre o contingente populacional e a quantidade de cadeiras federais ocupadas por membros daquele estado (VILLA, 2011) fazendo dos estados mais populosos com maior autonomia nas decisões e ações no cenário político.

Assim é perceptível o controle governamental e econômico de MG e SP sobre os demais estados, o que torna possível a instauração da política do “café com leite” que, nada mais é do que as potências paulista e mineira se revezando a frente do poder governamental, “ora Minas Gerais, ora São Paulo”.

No final do século XX a hegemonia citada sofre cisão quando, o até então presidente Whashington Luís, para proteger a economia cafeeira que se encontrava

mergulhada em crises, indica um candidato paulista como ele e não um mineiro como se esperava, quebrando a “gangorra do poder” entre paulistas e mineiros, como descreve Ferreira e Pinto:

Tudo indicava que as regras que norteavam o funcionamento da política até então seriam mais uma vez cumpridas: (...). Dessa vez, contudo, a cisão se processaria no cerne do próprio grupo dominante. Washington Luís, resolvido a fazer seu sucessor, indicou Júlio Prestes, paulista como ele e então presidente do estado, como candidato oficial. Com isso, rompia-se o acordo tácito com Minas, que esperava ocupar a Presidência da República (FERREIRA; PINTO, 2008, p.403).

Minas rompe com São Paulo e se une a Paraíba e ao Rio Grande do Sul, oligarquias estas que, vislumbam através desta união uma oportunidade bastante viável de obter maior força e poder em sua atuação política.

Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul formam a Aliança Liberal e lançam como concorrente ao candidato paulista Júlio Prestes, Getúlio Dornelas Vargas, um gaúcho e sua principal proposta de campanha é a inserção das demais regiões na política do país. Porém mesmo assim, o resultado das urnas dá ao candidato paulista Júlio Prestes a vitória, dando início ao princípio de uma revolta.

Os indícios de fraude eleitoral eram evidentes como cita Marco Antônio Vila (2011), pois o processo eleitoral era muito longo e dependia de vários órgãos públicos em escalas regionais, municipais, estaduais até o federal. Os envolvidos no processo não atuavam com neutralidade em relação ao processo, por estar a defender seus próprios interesses. Este fator foi utilizado pela oposição como justificativa para a não validação do representante paulista no poder porém, não é lhe dado ouvidos já que se fazia uma prática costumeira.

O que acaba por impulsionar a eclosão de uma revolta é o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio Vargas. O fato passa de uma questão pessoal para tomar dimensões políticas devido à derrota nas eleições que não é aceita, além de ser uma justificativa bastante viável para a revolta contra o poder. Como resultado desta revolta há a renúncia do eleito Júlio Prestes no início dos anos 30. Podemos compreender melhor o fato através de Cristina Boeckel, ao descrever que:

O crime ocorre em julho de 1930, quando ele conversa com amigos em uma confeitaria. Foi motivado por questões pessoais, mas dado o clima de frustração pela derrota, a morte serve como bandeira para os membros da Aliança Liberal desencadearem um levante armado contra os partidários da oligarquia paulista. (BOECKEL, 2005, p.38)

Também a economia se via em um momento de muita instabilidade devido a fatores diversos como a superprodução, o subconsumo, como também o momento de 2º guerra mundial. É importante considerar que a economia brasileira já vinha de crises cíclicas devido às oscilações do capitalismo internacional.

Este cenário econômico se tornou ainda mais drástico com a queda (*crack*) da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 quando os Estados Unidos, principal comprador do café brasileiro, deixa de adquiri-lo, mergulhando o país em uma crise preocupante visto que, o café se fazia o principal produto para exportação e devido

à crise acaba fazendo com que a atividade se torne insustentável, levando à redução dos defensores deste modelo político, o que acabou contribuindo, decisivamente, para o movimento de 30.

Devido a estas instabilidades agrárias há o êxodo das populações rurais para as cidades desde o fim do século XIX. Estas pessoas oferecem mão de obra barata, tornando-se possível o desenvolvimento rápido da indústria, levando ao surgimento de uma nova classe social, os operários.

Os operários se deparam com uma jornada de trabalho extremamente exaustiva e que desconsidera o fator humano daquele a trabalhar, sem direito, sem dignidade. Esta insatisfação se transforma em movimento social através do contato e absorção de ideais socialistas e comunistas, advindos de imigrantes que devido a guerra aqui estavam residindo.

As lutas operárias tiveram apoio de uma grande massa operária, que se expressavam desde a difusão de ideias à ação de violência. Como resultado desta mobilização, há a criação de sindicatos, um princípio de reconhecimento de classe e a busca por direitos expressos nas principais reivindicações centradas na luta por direitos trabalhistas e sociais e o anseio por uma estrutura de poder que lhe incorpore.

Por seu caráter revolucionário e estar se fortalecendo a cada dia, o movimento se torna temido pelos grupos dominantes, temendo que seu poder e prestígio fosse tirado ou reduzido de alguma forma. O modo com que se compreendia este movimento pela elite é bem representada pela frase de Washington Luís ao classificar que “as questões sociais são caso de polícia” evidenciando este embate classista.

É neste cenário de múltiplos conflitos que Getúlio Vargas inicia sua trajetória frente ao governo brasileiro, usando por vezes de formas ilícitas para sua sustentação no poder.

É importante ter em mente que este novo governo “representa a vitória de um político e dos colaboradores que o cercavam” (BOCKEL, 2005, p.46) e não de uma massa popular.

Compreendendo a força da camada popular, este novo governo passa a utilizar elementos sociais desta massa para disseminar ideologias, potencializadas pela apropriação dos meios de comunicação e informação, chegando a serem consideradas como extensão do poder governamental. Há assim a criação da imagem fictícia de um governo homogêneo e sem distinção.

2.1.2 O sorriso do presidente: imagem comunicação e poder

As instabilidades no período de 1930 são diversas, abarcando desde os conflitos classistas entre a classe operária e a elite, como também os conflitos políticos, entre os antigos detentores do poder com destaque para os políticos ligados à oligarquia de São Paulo e os novos detentores do poder.

Para Maquiavel a origem das instabilidades existe por haver duas forças opostas em conflito. Segundo Sadek (2009, p.20) na sua análise da obra “O príncipe” os conflitos se tornam evidentes pois “uma das forças quer dominar, enquanto a outra não quer ser dominada”.

Para que se consiga solucionar estes embates Maquiavel, segundo Sadek (2009), defende a necessidade de conseguir mecanismos que imponha uma determinada correlação das forças porém, como obter tais feitos em uma sociedade

de conflitos diversos e eminentes? Ser temido ou amado são as opções dadas por Maquiavel ao Príncipe que pode ser também o caso de um presidente mas, conseguiria este chefe despertar os dois sentimentos ao mesmo tempo em uma mesma sociedade? Assim questionaremos os títulos atribuídos a Getúlio Vargas, ora como “pai dos pobres”, ora como “mãe dos ricos” e analisaremos a construção de sua imagem como parte dos mecanismos de sustentação de seu governo.

Com apoio de seus colaboradores, com destaque para a aliança firmada junto aos militares (tenentistas) Getúlio chega ao poder sem uma participação efetiva da massa popular, como explica Parreira:

Vargas conseguiu uma progressiva concentração de poderes devido a alguns fatores: não existiam, naquele momento, outros grupos políticos com força suficiente para derrotá-lo, os grupos rivais se debatiam e perderam o foco no governo, por fim Vargas tinha um apoio fundamental que era a cúpula militar na pessoa de Góes Monteiro (PARREIRA, s/d, s/p).

Ao assumir o poder nacional, a maior preocupação agora é incorporar o trabalhador neste governo para alcançar uma hegemonia entre as classes que, anteriormente, estavam em conflito.

Como forma de alcançar a “mente e o coração” das classes subalternas o governo lança a imagem de Getúlio Vargas como uma espécie de “cartão de visitas”, criado e elaborado com o objetivo de atingir as camadas populares. A construção desta imagem faz com que Vargas se torne produto de seu próprio governo.

Para tal feito se atenta para o cenário midiático como um terreno fértil para a disseminação de ideologias, já que por intermédio dele torna-se possível criar um cenário onde acontece as ações ou que estas são representadas, de forma a construir um determinado acontecimento, para assim, disputar espaço simbólico no imaginário social (BARTH, 2007).

Se cria a imagem de um presidente com o uso maciço da propaganda e da censura já que, o que se divulga ou não, é altamente controlado, iluminando suas glórias por meio da intensa propagação dos feitos de seu chefe e no escuro, ou melhor, na ilegalidade os pontos frágeis e negativos em relação ao mesmo.

O endeusamento da figura do líder tem como objetivo colocá-lo como alguém acima das capacidades normais de um ser humano comum. Ele é mostrado como um homem além das expectativas. Esta estratégia política tem como função criar nos cidadãos a impressão de que o governante tem condições para exercer o cargo de chefe de Estado, minimizando qualquer alegação de que não seria capacitado para tal (BOECKEL, 2005, p.36).

O poder centralizado na figura do governante vai muito além da elaboração midiática de sua imagem pois, a Constituição de 1937 prevê o predomínio do poder Executivo como “órgão supremo do Estado” sobre os outros poderes (Legislativo e o Judiciário). Este poder é colocado nas mãos do chefe, que é definido como “a autoridade suprema do estado que coordena os órgãos representativos de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa

de interesse nacional e superintende a administração do País” de acordo com o texto constitucional.

O governante detém um poder real e centralizado, o que se pretende através da intervenção dos meios midiáticos e a apropriação da cultura como arma de disseminação ideológica é, passar esta dimensão para o público, por meio de sua grandiosidade e sua face “benfeitora” em relação às massas.

Vargas inaugura uma nova forma de governo pautada na “ampla disseminação das mídias de massas é o fundamento sobre o qual se ancora a política moderna do populismo: o governante torna-se capaz de se comunicar com o povo diretamente, e não por meio de seus representantes” (KANG, 2012, p.70), este contato faz com que o povo se torne de certa forma próximo do governante, dando uma ideia de governo de um representante do povo para o povo, trazendo uma noção de uniformidade.

Um método utilizado principalmente em governos pautados no populismo é a transferência de feitos do estado para uma figura de destaque, no Brasil, Getúlio Vargas. Um exemplo disso, muito presente no imaginário social até os dias atuais, é a relação de Getúlio com os direitos trabalhista por meio da criação até então inexistente de um amparo ao trabalhador, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela Constituição de 1934, que é compreendida como uma atitude de Vargas e não uma ação do estado que ele representa.

Cabe ressaltar que as leis trabalhistas não são criadas como uma benevolência mas, como uma solução capaz de frear o avanço das organizações do operariado em relação ao anarquismo e o socialismo, havendo “o estabelecimento de uma legislação trabalhista que visa o mínimo de bem estar social para os trabalhadores assalariados” (BOEKEL, 2005, p.43) para assim desmobilizá-las politicamente e as submeter às diretrizes do governo.

A camada social ocupa uma nova posição no cenário político-social: a de espectador. Não foram através de lutas que se conquistaram os direitos mas, por meio de Getúlio Vargas “a figura do coronel urbano que devia ser obedecido e seguido” (GARCIA, 2005, s/p), criando assim um estado de sujeição social frente ao poder político. Vale ressaltar que, em um regime de concessões, o estado que concede a resolução para as querências sociais, porém o faz da forma que lhe é mais conveniente. Podemos comparar a atuação da camada social como a de uma torcida em um campo de futebol, lhe sendo permitido torcer, observar e apoiar, o que não se permite é sua interferência no jogo.

Desta forma a “criação de uma legislação trabalhista torna-se uma maneira de vincular os trabalhadores ao estado” (BOEKEL, 2005, p.43). Espectadores extasiados frente à tamanha magnitude de seu chefe juntamente com seu governo.

Estabelece assim os princípios deste governo que se funda em, atender algumas necessidades das massas, sem alterar as estruturas existentes que lhe fosse conveniente e a utilização das mídias como formas de disseminação ideológica que lhe concedam bases sólidas à sua sustentação no poder. Com isso, traz para junto de si o público que agora assiste às ações do governo que lhe atribui o título de representante das aspirações populares, alcançando uma unidade entre governo e as massas.

Podemos considerar Vargas como pai dos pobres pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que oferece ao trabalhador assalariado o mínimo em direitos para seu bem estar entretanto, também é importante ressaltar seu papel como mãe dos ricos, já que estimula as massas à máxima valorização do trabalho e a produção

que gera um crescimento econômico nas finanças brasileiras e o acúmulo interno de capitais.

O papel mais atuante de Vargas se caracteriza por defensor de seu próprio poder, sendo evidente ao colocar as massas apenas como espectadoras no campo político e produtoras do capital, ao não criar uma nova estrutura de poder, mas tornar aquela já existente conveniente a sua atuação, a instalação de um governo centralizado, como também a utilização de manobras políticas por vezes ilícitas para sua permanência no poder. Toma para si um poder imenso ao retirar o voto e descaracterizando a atuação dos poderes e do congresso elevando assim sua posição de chefe superior do estado, sempre revestido de legalidade em suas decisões, afinal, era nas mãos deste que o poder se centralizava e atuava.

Para manutenção no poder além dos meios midiáticos o nacionalismo é uma ferramenta muito utilizada já que, este governo justifica sua tomada do poder pela necessidade de “refundar o Brasil”. Para isso há a necessidade de desprender-se de tudo ligado ao governo anterior já que, para alcançar uma abertura e apoio ao que é novo, vai além do domínio ideológico pois, implica em criar uma nova forma de civilidade, sendo necessária a desconstrução das estruturas anteriormente vigentes que não lhe servisse como forma de promoção e centrar-se na construção de uma identidade nacional incorporando os trabalhadores (GRAMSCI *apud* BARTH, 2007), porém, sempre dentro das rédeas que mediava o poder. “Tratava-se, para o Estado, de fundar um novo Brasil, homogêneo e uniforme em seus valores, comportamento e mentalidades” (MENDONÇA, 1990, p.344).

Complementando Gramsci, Boeckel considera as representações nacionais como forma eficiente de promoção governamental já que, contribui para a disseminação de ideologias políticas favoráveis à estrutura que se instala.

As antigas celebrações ganham *status* de representações do nacionalismo e passam a ser difundidas pelos meios de massa. O populismo absorve para si as representações nacionais como símbolos de seu governo, como maneira de mostrar que ele é dedicado às classes populares (BOECKEL, 2005, p.70).

Como exemplo temos as festividades nacionais do governo com destaque para o dia do trabalho, o aniversário de Getúlio Vargas, a Semana da Pátria e também do aniversário do regime, têm em comum a grandiosidade e a massiva exposição da imagem do governo e do seu chefe, como forma de aumentar a aceitação destes pela sociedade.

Dá início a uma mística, considerando o fator espetáculo que não pode ser deixado de lado. Assim se cria um momento de ápice através da criação, manifestação e atuação das formas de promoção e propagação governamental que se funda no momento da fala do presidente, momento mágico de que todos esperam, o momento em que Vargas “trabalhador número 1 do Brasil” profere sua fala a seus companheiros.

No processo de criação, a imagem do governante passa por uma fase de popularização, buscando ser bem aceita por toda massa. Além de estar presente nos mais diversos ambientes sociais, sendo ele público ou privado; o ponto auge da imagem de Vargas é a vinculação de sua imagem junto a suas ações, sua própria simpatia, expressão de seu temperamento, o clássico sorriso do Presidente torna-se arma poderosa na conquista de espaço no imaginário social, quesito que o distingue de todos ditadores de sua época (LESSA, 1973).

Se a criação da imagem de ser superior conduzia Getúlio às alturas, distante do mundo terreno de uma população em grande parte inculta, analfabeta mesmo, todo um processo de popularização o torna mais acessível, palpável, transformando Getúlio Dornelas Vargas em “Gegê”. Em primeiro lugar era o próprio Vargas que se encarregava de variar o ar solene, adotando posturas que o popularizassem. O sorriso franco, aberto, às vezes gargalhada “espontânea”, enfraquecia qualquer barreira que se pudesse antepor entre ele e a massa (GARCIA, 2005, s/p).

Constrói um ser mítico por seus feitos e suas capacidades más que, por vezes, se torna acessível, pelo seu modo de falar ao trabalhador, por sua presença em várias solenidades, inaugurações e festividades, nas caminhadas sempre a distribuir balas às crianças que encontrasse, ou até mesmo, no ato de comparar o preço das mercadorias nas bancas.

Tudo isso acaba por levar as classes subalternas ao êxtase, frente a tão magnífica personalidade. Este estado de magnificência é traduzido em uma realçada “intensidade dos aplausos, às calorosas manifestações de apoio, às homenagens, às aclamações entusiásticas, ao extraordinário entusiasmo popular, ao intenso júbilo, às imponentes manifestações” (GARCIA, 2005, p.s/p).

A apropriação dos meios de propagação de ideias pelo estado contribui de forma significativa para seu sucesso porém, o rádio ocupa papel de destaque ao implementar um novo elemento no cenário institucional, uma nova instância de força: a audiência.

O rádio para o governo se mostra apoiado em duas forças principais: A primeira é o fato do rádio ter encontrado apoio para sua expansão como veículo de comunicação, por meio de investimentos do próprio governo, que percebendo a importância de seu uso o coloca como uma extensão de seu poder, adquirindo caráter educativo. O segundo é a força de mobilização política exercida por este veículo de comunicação, sem a necessidade de que os indivíduos compartilhem do mesmo espaço-tempo atingindo um público maior e em vários horários, não dependendo de uma data e horário específicos, mas principalmente às 19:00 horas através do programa a “*Hora do Brasil*” propagando toda a criação exuberante de uma mídia, em prol de seu governo, em um horário estratégico, horário que os trabalhadores já estariam em suas casas e então a ideologia do governo entra em suas casas ou em locais de convívio, buscando atingir um maior público.

A radiodifusão adquire o poder de formador das opiniões das massas através da transmissão de informações e de conteúdos simbólicos. A forma com que trabalha este veículo é explicado por Thompson como veículo em função de um detentor que utiliza do imaginário simbólico social a fim de formar a “opinião pública” (THOMPSON, 1998), este é Vargas que,

Movido pela vontade de poder em seus mandatos, o rádio tem importância reconhecida, tornando-se instrumento para capitalizar a atenção da audiência para suas realizações, ao mesmo tempo em que ele próprio ganhava destaque como chefe de Estado (CORREIA, 2012, p.1).

Com a abrangência das formas simbólicas e físicas de propagação do discurso governamental, dá ao espectador a impressão de que o governo e seu chefe são onipresentes estando em todos os locais de convívio social pelo rádio, ou mesmo pela presença da fotografia do presidente em todos os estabelecimentos públicos e alguns privados, por meios das grandiosas obras, dos bustos, livros, jornais, artigos, gestos, ações, expressões linguísticas, cartazes, cinema e dos anúncios hiperbolizados de feitos oficiais, como também a atribuição do nome de Getúlio Vargas a eventos diversos como cita Nelson Jair Garcia (2005, p.s/p), que se utiliza o nome do representante na “denominação de avenidas, logradouros, aviões, Instituto, Estrada, Taça de Futebol, Prova de Automobilismo”.

Como exemplo do uso da fotografia do chefe temos a marchinha “Bota o Retrato do Velho”, de autoria de Haroldo Lobo e Marino Pinto que, na voz de Francisco Alves, foi sucesso no carnaval de 1951 que diz, “Bota o retrato do velho outra vez/ Bota no mesmo lugar/ O sorriso do velhinho/ Faz a gente trabalhar, oi! ” (BOECKEL, 2005, p.10).

O governo se faz presente por meio da excessiva exposição da figura do chefe. Esta onipresença representa a vigilância que o governo totalitário exerce sobre o cidadão.

Cabe ressaltar que a posição de expectador assumida pela sociedade é fruto de sua aceitação, fazendo com que o governo encontre espaço para sua atuação que se fez pela desmobilização política das classes e as submetendo às diretrizes do governo.

A posição de defensor dos trabalhadores também contribui fortemente para o estado de sujeição com que se coloca às classes subalternas já que, considerando as demais formas de governo, sua presença simplesmente inexistente, caracterizando a importância para o trabalhador, o que dá a importância necessária acerca da promulgação das Leis do Trabalho.

A centralização do poder, juntamente a sua onipresença, utilizando da mídia pautada no populismo e na hegemonia de opiniões ao colocar o público como massas, impõem uma unidade, colocando como inexistente ou na ilegalidade, todos os atos que se colocam em posição contrária à do governo. Para as massas, a imagem que vislumbra de Getúlio Vargas é de alguém temido por seu poder e amado pelo modo que se utilizou dele.

Por meio de uma estrutura simbólica, estruturada em prol da manutenção do poder, este governo baseado na figura de seu chefe consegue êxito em relação ao uso da ideologia, pois a coloca a seu serviço para alcance de suas premissas.

2.1.3 A propaganda do governo e os órgãos de censura

O controle ideológico na reprodução das relações de dominação, em uma formação social de sociedades capitalistas maduras são reproduzidas “através da Escola e, em segundo plano por outros aparelhos como a família, religioso, sindical, político, de informação” (GARCIA, 2005, s/p).

No Brasil, entretanto, esta situação toma novos rumos, ao considerar que toda estrutura político-administrativa, legitimada pela ideologia até então vigente, fora desmontada e substituída por outra. Desta forma, não se faz possível aguardar que a escola, a igreja, a família ou os sindicatos em curto prazo conseguisse legitimar a ideologia desta nova situação, já que estes são aparelhos de efeito a longo prazo. Já a propaganda “permitia, de forma ampla e imediata, difundir as mensagens legitimadoras, justificando assim sua escolha como aparato de

reprodução ideológica e deixa para a Escola, igreja, família ou os sindicatos a tarefa de reforçá-las a longo prazo” (GARCIA, 2005, p.s/p).

A mídia no período “getulista” abarca todo o princípio inicial para legitimação e posteriormente, a sustentação deste novo modelo político-administrativo, motivo que lhe concede a devida importância em relação ao cuidado exercido em sua feitura e atuação durante todo o período (1930-1945).

As tentativas do governo oficial para consolidar um sistema de propaganda e controle vem desde 1930, passando por vários órgãos vinculados aos ministérios, ora ocupando parte dos palácios e também departamentos. Todo controle em volta dos meios midiáticos se funda objetivando a feitura de uma mídia homogênea, que seja uma extensão do poder político com bases fortes. Para que esta finalidade fosse alcançada “montou-se um sistema de controle em que o Estado monopoliza todos os meios de produção e difusão de ideias” (GARCIA, 2005, s/p).

Em 27 de dezembro de 1939, Getúlio Vargas cria um órgão para a regularização da mídia com uma postura semelhante aos departamentos de propaganda de outros países que viviam sob regimes totalitários e que mais condiz com a postura do então instaurado Estado Novo: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que passa a regular e controlar os veículos de comunicação, serviços de publicidade e propaganda de todos estabelecimentos de administração pública federal, os ministérios e departamentos, como também, principal instrumento de culto à figura do chefe e das autoridades em geral.

Os objetivos em sua criação juntamente com sua abrangência são possíveis de dimensionar através de um fragmento de texto da Fundação Getúlio Vargas:

De acordo com o decreto que lhe deu origem, o DIP tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa da radiodifusão oficial do governo (CPDOC/FGV *apud* BOECKEL, 2005, p.54-55)

Dada a tamanha abrangência do DIP, para sua execução de forma eficiente, ele se divide em cinco divisões: divisão de divulgação, tendo como função combater a disseminação de ideias que possam ser consideradas “perturbadoras” para a nação; divisão de rádio atuando na censura prévia de letras de músicas, programas radiofônicos e produzir a “Voz do Brasil”; divisão de teatro e cinemas censurando filmes e peças de teatro; divisão de imprensa controlando tudo que era publicado na imprensa nacional; divisão de divulgação do regime responsável pela criação da imagem do chefe e de seu governo(BOECKEL, 2005).

Em suma, o controle sobre as informações acaba por abarcar todo cotidiano social, desta forma “o espetáculo tecnologicamente mediado se torna o modo dominante de comunicação política” (KANG, 2012, p.71). Assim os meios de

comunicação atuam em duas frentes, além de promover visibilidade ao poder e sua estrutura, desempenha papel decisivo na formação desta sociedade denominada como massa, que tem sua atuação alterada em relação ao contato com este novo meio de controle ideológico onde se embeleza e propaga a imagem do poder.

Para se colocar mais próximo e palpável ao público a propaganda deve ser executada para as massas e também pelas massas (KANG, 2012,). Um exemplo disso ocorre no cinema onde o espectador consegue se reconhecer e se sentir parte daquilo que é reproduzido pelas fitas de cinema portanto através da “experiência de ver sua própria imagem, uma multidão reconhece a si mesma como uma massa” (KANG, 2012, p.72).

A partir do momento em que o povo se reconhece como uma massa de certa forma homogênea, devido aos impactos do contato com os meios midiáticos, a sociedade perde seu papel de agente social de oposição e busca de seus ideais, descaracterizando junto dela suas instituições de promoção social como os sindicatos que, passa de uma frente de apoio social e a seus anseios, para instituições de promoção governamental já que, sua existência e atuação estão sujeitas ao estado.

Os movimentos oposicionistas, por mais que combatidos pelo governo, aconteceram afinal, os grupos sociais, a imprensa e a mídia não eram homogêneos, esta concepção vem de uma atuação governamental que se utiliza da ideologia, da mídia e da força para moldar e expor essa realidade criada e assim penetrar a realidade, e por vezes, substitui-la. Os que se levantavam contra o poder oficial eram taxados de “subversivos” e rapidamente “calados” assim, a única face que se expunha é a que favorecia os detentores do poder.

A assinatura do decreto-lei nº 300 referente à isenção de taxas alfandegárias sobre a importação do papel, caracteriza o maior golpe à liberdade de expressão do regime. A isenção da taxa era concedida pelo Ministério da Justiça onde se fazia uma sabatina completa do conteúdo que este jornal/revista produzia, o que levava em consideração não é nada além de seu apoio ao governo. Aqueles que eram “colaboradores do governo” lhes concedia a isenção da taxa e facilitava o pagamento do valor do papel, aos denominados “subversivos” lhes cobrava a taxa de importação que era de valor bastante elevado e seu pagamento teria de ser no ato da compra. Deste modo, o governo tinha controle de quantas folhas estavam em seu território, podendo controlar o que era divulgado e calar seus opositores de forma indireta.

A pressão financeira é muito forte, afinal, aqueles que não conseguiam a autorização junto ao Ministério da Justiça ainda tinha 60% de suas propagandas cortadas pois, eram financiadas pelo governo. Ao menor sinal de rebeldia lhe cortavam o papel e a propaganda, tornando a atividade financeiramente insustentável sem os benefícios do governo (BOECKEL, 2005).

A revista “Diretrizes” compõe um dos casos da pressão financeira do governo, sendo fechada por um período por demonstrar caráter esquerdista e que posteriormente busca colaboração junto ao governo para publicação de um número especial sobre a educação dos brasileiros. Fato parecido acontece com o jornal “A Notícia” que em 1930 tem sua redação depredada, seu acervo queimado e seu diretor exilado, que volta anos depois dando ênfase ao noticiário policial. Estes fatos podem ser compreendidos como uma forma de manter a revista e o jornal e não de deixar se aproximar passivamente do governo, mas de estratégia para sair do cerco criado pelo governo a sua volta (BARBOSA, 2007, p.s/p).

Desta forma, compreendemos que era um alto negócio colaborar com o governo como cita José Silveira em entrevista a Juliana Rodrigues Baião:

Era um alto negócio para os donos de jornais colaborar com a ditadura de Getúlio e não protestar contra a censura e todas as outras limitações impostas pelo regime. Os jornais mantinham a qualidade, os diretores podiam pagar menos aos repórteres, as vendas permaneciam altas e não havia conflito com o governo (BARBOSA, 2007, p.s/p)

A atuação do DIP também é percebida na música popular. Um exemplo bastante claro é as composições de Ciro de Souza antes e depois da implantação do órgão. A primeira “Tenha Pena de Mim” na voz de Aracy de Almeida, um sucesso do carnaval de 1938:

Ai, ai meu Deus/ Tenha pena de mim/ Todos vivem muito bem/ Só eu que vivo assim/ Trabalho, não tenho nada/ Não saio do misere/ Ai, ai meu Deus/ Isso é pra lá de sofrer (BOECKEL, 2005, p.64)

A segunda composição de Ciro de Souza é para o carnaval de 1942 a marchinha “Sete Horas da Manhã”:

Hoje tenho tudo, tudo o que um homem quer/ Tenho dinheiro, um automóvel e uma mulher/ Mas para chegar até o ponto em que cheguei/ Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei/ Eu hoje sou feliz/ E posso aconselhar:/ Quem faz o que eu já fiz/ Só pode melhorar.../ E quem diz que o trabalho não dá camisa a ninguém/ Não tem razão, não tem, não tem (BOECKEL, 2005, p.64)

Colaborar com o regime significou algo bastante vantajoso que acabou por seduzir muitos pintores e escritores, exemplo disso é o pintor Cândido Portinari e o escritor Mario de Andrade que atua ora junto ao governo, ora mostrando fatos nele que seriam pontos a melhorar mas não rompe totalmente seus laços afinal, para se manter em sua profissão seu maior patrocinador era o governo (BOECKEL, 2005). A atuação contra o regime é difícil de ser feita pois que escreveria? E quem pagaria para escrever tais coisas?

Se faz um alto negócio colaborar com a ditadura enquanto artistas culturais, sendo importante destacar que a imprensa não sofreu de forma unânime negativamente com a ação política do Estado Novo ainda “que tenha havido encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, houve mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens do governo e os homens de imprensa do que divergências” (BARBOSA, 2007, p.s/p).

O jornal “Diário Carioca” é um caso de oposição ao governo, ao se colocar nesta posição acaba sofrendo com a ação da censura tendo sua sede destruída por membros do governo e sendo fechado. O “Diário de Notícias” também tem consequências severas a se colocar em oposição ao governo, tendo seu proprietário Orlando Dantas preso. Assim a censura age diretamente (força e censura) e indiretamente (financeiro) contra a imprensa que não se encaixa na homogeneidade defendida pelo governo, havendo uma apropriação dos meios de propagação.

A radiodifusão é um exemplo da apropriação dos meios de comunicação pelo governo. Por meio do decreto nº 21.111 estabelece que esta constituía um serviço público, cuja atuação, utilização e manutenção dependerá de concessões do governo mediante condições e prazo certo (CORREIA, 2012).

A radiodifusão se faz uma extensão do poder governamental, afinal é este que a mantém financeiramente e com conteúdo a serem utilizados. A importância dada a radiodifusão é produto de seu potencial de alcance, capaz de levar uma mensagem a vários lugares sem a necessidade da presença física dos espectadores compartilhando um mesmo espaço-tempo, possibilitando um contato direto mediado pelo rádio em período constante.

Um fator de relevância da radiodifusão está na particularidade social pois “no caso do Brasil, o meio adquire particular importância devido ao elevado índice de analfabetismo, que entre a população de idade superior a dezoito anos era de 65,2% em 1920, 56,4% em 1940” (GARCIA, 2005, p.s/p) fazendo deste um veículo eficiente, envolvendo a maior parte da população, obtendo para si tamanha importância na propagação dos ideais do governo.

Assim, o governo se faz presente em todo cotidiano social, por intermédio da apropriação da cultura como forma de disseminação ideológica e assim o controle total da cultura e das ações através dos bodes expiatórios, pessoas do governo com a incumbência de fazer valer as decisões do oficial por coerção ou pela força.

A representação governamental, nos mais diversos locais do cotidiano social de forma física ou simbólica, a censura a tudo que é contrário ao governo, a igreja pregando pela obediência e a escola reproduzindo toda ideologia pró estado a indivíduos sociais desde criança, faz com que os agentes sociais tomem uma posição de cordialidade frente ao regime.

A cordialidade é construída “pela falta de racionalização das ações sempre motivados pelos sentimentos” (HOT, 2011, p.3) onde os agentes “constrói todas relações sociais por meio da afinidade, renegando sempre os princípios da razão” (HOT, 2011, p.3). O uso dos meios de informação e propaganda para benefício do estado impulsiona este tipo de relações sociais visto que, a dada sociedade não possui um “filtro” para distinguir o real do representado, tornando-se suscetíveis às ideologias disseminadas, a criação de um chefe meio mítico e acessível junto a um estado em letras magnífico resultando em sua posição de cordialidade.

A construção para uma sociedade extasiada, anestesiada e cordial frente ao seu chefe e seu governo está ligada diretamente à construção ideológica pela apropriação dos meios midiáticos. Para sua inserção no imaginário social de forma hábil ele baseia as relações sociais na emoção, dos sentimentos vindos do coração e no paternalismo colocando a emoção acima da própria razão (HOT, 2011) propiciando que “a experiência coletiva funciona por meio da identificação como “pai dos pobres” visando assim neutralizar o juízo crítico e limitar o prazer corporal autônomo do corpo individual” (KANG, 2012) uma massa “homogênea” a trabalhar para o governo.

A mídia atua como representante direto do espetáculo político que representa a relação entre o real e o representado que se obscurece, sendo “uma realidade mediada entre ilusão e eventos” (KANG, 2012, p.76) utilizada, moldada e formulada e produzida com objetivos bem claros: servir ao governo. Assim “o modo pelo qual a realidade ou mesmo a não realidade pode ser perfeitamente reproduzidas como real” (KANG, 2012, p.76).

A apropriação do propagado para reproduzi-lo como real tem como consequência a posição das massas frente a esta realidade projetada, como descreve Benjamin:

Como consequência, alguém poderia presumir que as massas estavam no controle desta arte, que elas poderiam utilizá-las como um meio de autocomunicação (*selbstverständlichung*), que eram donas de sua própria casa: donas de seus teatros e estádios, donas de seus estúdios de filmagem e de suas editoras. Todos sabem que esse não é o caso. Ao contrário, aqueles que dominam esses locais são “a elite”. Essa elite não quer que a arte forneça um meio de autocomunicação para as massas (BENJAMIN *apud* KANG, 2012, p.73)

De tal modo o que é reproduzido pela mídia “penetra na realidade e eventualmente substitui a realidade no curso de sua comunicação com as audiências” (KANG, 2012, p.76) havendo neste caso uma distorção da vontade do povo, fato representado pelo sentimento de “Pseudo Representação” ou seja, o desejo das massas são realizados apenas por meio da imagem e da representação enquanto seu *status* político e social permanecem substantivamente inalterados (KANG, 2012), muda os representante mas não o sistema.

Pela mídia e a propaganda censurada apoiada no controle cultural de todo cotidiano social, há uma anestesia do sistema sensorial humano (KANG, 2012) tornando a “função do olhar e do ver como um processo de emancipação e/ou dominação social” (PEREIRA, 2009, p.2) fazendo com que o olhar destas massas não veja além da imagem, com um posicionamento crítico buscando interpretar e encontrar o real sentido do que é propagado mas apenas olha e o absorve simplesmente, desencadeando uma crise total da percepção do que si de seus posicionamentos, uma crise da percepção de si e do outro.

A alienação do sistema sensorial humano através da mídia controlada e disseminada numa máxima exposição do governante e do governo, faz dos agentes sociais receptores passivos de sua ideologia que se formula de forma privada para ser reproduzida ao público.

O desenvolvimento e feitura da mídia para as massas no período “getulista” serve inevitavelmente para sua inserção e manutenção no poder, facilitando sua aceitação e reafirmando mediante representação no imaginário social, eliminando pela censura seus opositores. Constitui assim a construção de um terreno fértil para que se tenha como resultado que o chefe junto a seu governo saia “vitorioso”.

Dada sua importância estes meios de comunicação e propagação continuaram sendo usados após o Estado Novo, de forma cada vez mais abrangentes e tecnológicas pela televisão, e posteriormente a internet alcançando cada vez mais voz e visibilidade a cada avanço. A proporção ocupada pelos meios eletrônicos de difusão no campo político é sistematizada na frase de Fernando Henrique Cardoso: “Se Lênin vivesse hoje ele não ia querer fazer um partido. Ele ia querer ser dono de uma cadeira de televisão. Porque o instrumento de ação política hoje são os meios de comunicação” (CARDOSO *apud* CORREIA, 2011, p.10).

3. Metodologia

O presente trabalho pretendeu-se analisar a atuação da mídia como objeto de disseminação ideológica e formadora de conceitos sociais na construção da

imagem pública de Getúlio Vargas e de seu governo e suas implicações no exercício do poder, no período denominado “Era Vargas” de 1930 a 1945.

Para a realização de tal análise foram realizadas pesquisas em fontes secundárias como livros, artigos e dissertações que abordam o assunto. A escolha deste tipo de fonte está de acordo com Gil (1987, p.48) ao defender que as pesquisas “sobre ideologia, bem como aquelas que propõem a análise das diversas posições acerca do problema, também costuma ser desenvolvida quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”.

Este trabalho relaciona dois campos historiográficos: a História Social e o da História do Poder. Em relação à história social nos aproximamos dos dizeres de Hebe Castro (CASTRO, 1997, p.45) que “[...] a expressão “história social” é frequentemente utilizada para demarcar o espaço desta outra postura historiográfica frente à historiografia tradicional” valendo-se de novos ângulos de abordar os acontecimentos buscando a participação de novos personagens para enriquecer e ampliar a pesquisa possibilitando abordar novas perspectivas sobre os fatos. Já a História do Poder está diretamente ligada à História Social não sendo possível abordar uma sem considerar a outra, desta forma falar de uma sociedade sem citar a forma com que o exercício do poder por meio de alguém ou algo lhe interfere não se faz possível que se desliguem já que possuem uma trajetória comum.

Prisioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligadas intimamente ao poder, essa história pretendeu ser também memória. (...) Esta história magistra vitae pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos (FALCON, 1997, p.62-63).

Desta forma analisaremos a posição das “minorias” por meio da Escola dos *Annales* e também dos que até então eram tidos como os “autores” da história por meio da Escola Positivista.

O tipo de pesquisa utilizado neste trabalho é a pesquisa qualitativa por pretender estabelecer uma relação mais próxima entre pesquisador e pesquisado, buscando uma compreensão mais clara sobre o assunto sem estar focado em dados estatísticos.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defendem um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm a sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.31 *apud* GOLDENBERG, 1997, p.34).

As características da pesquisa qualitativa estão relacionadas a:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

O campo historiográfico abordado se relaciona com a “História Social” como cita Adorno (2008, p.328-329) em uma de suas aulas sobre o tema destacou que na Sociologia a História encontra-se armazenada nos fatos “(...) o conhecimento histórico não é algo à margem da Sociologia, mas algo que nela é central”. Outro campo abordado é o da História e Poder ao abordar o poder exercido por algo ou alguém e este fato automaticamente se atrela ao poder.

Deste modo, busca-se por meio da proximidade entre o objeto de estudo e o pesquisador noções sobre os comportamentos sociais e individuais em relação ao poder exercido sobre eles sendo este o objetivo central desta pesquisa.

4.CONCLUSÃO

O presente trabalho dedicou-se a questionar os meios de divulgação e propagação juntamente com sua utilização no período denominado “Era Vargas”, buscando relacionar sua utilização ao processo de ascensão e sustentação desse governo frente ao poder.

A ascensão deste governo se dá de forma ilegítima ou seja, uma conquista de Vargas e seus colaboradores porém, para se estabelecer frente a este poder estes carecem de uma força que lhe garantisse a estabilidade nesta posição. As classes subalternas se torna um forte aliado ao se perceber sua força a partir dos movimentos operários.

As classes subalternas em especial a classe operária almejava um sistema político que a representasse, já o governo queria esta classe ao seu lado para se estabelecer no poder. Para que a vitória de um grupo minoritário se torne uma conquista popular, há a implantação de um governo que se coloque mais próximo do povo por meio do populismo utilizando para isso o aparelho ideológico do estado que se tem maior uso é o da informação por possibilitar obter resultados em um menor período de tempo.

O que temos não é a mudança de uma estrutura político-governamental, mas a adequação da estrutura já existente para a atuação do novo representante, este fato é evidenciado pelo sentimento de “Pseudo Representação” das classes subalternas onde, as querências sociais são reduzidas a representações, enquanto seu *status* político e social continuam inalterados. Uma massa em defesa dos conceitos que lhe foram implantados por meio das mensagens simbólicas e não de suas próprias querências.

A importância dos meios de propagação e divulgação são evidenciados pelo cuidado que se tem durante o período com este veículo principalmente pelo DIP. A unidade de conteúdos mostra uma apropriação das informações por meio da censura direta e indiretamente que ao menor sinal de posicionamento contrário o

pune de forma a lhe mostrar como um opositor do progresso que está ligado ao estado e também ao povo.

A apropriação das informações acabou por criar um ambiente onde o que é real e o que é representado se confunde fato que vai impactar a formação de opiniões das massas já que o que lhe é dado como “informação” já foi produzido de forma privada e elaborada de forma a levar resultados já esperados. A falta de um filtro entre o real e o representado nesta sociedade de uma maioria analfabeta acaba tornando-se suscetível a esta nova força de poder.

A sociedade em si também é preciso ser olhada de forma cuidadosa pois é dela que se retirou informações para a elaboração desta mídia, tendo destaque para o rádio e as festividades, elaboradas em uma linguagem simples para chegar a “mente e o coração” das massas para serem assimiladas facilmente e reproduzidas.

Os meios de comunicação e propagação que deveria ser um instrumento de promoção da democracia em seu sentido lado acaba por ser uma apropriação de poucos, tornando-se uma nova instância de poder ainda mais forte pois mobiliza uma grande parcela social em torno de querências alheias às suas necessidades.

Se forma uma sociedade com conceitos modificados em estado de culto e sujeição, espectadores de um poder que exclui totalmente sua participação mas que pela ideologia propagada e disseminada constantemente é capaz de camuflar tal realidade colocando os interesses oficiais como interesses próprios, defendendo conceitos que não são seus mas que foram implantados.

Deste modo a mídia faz com que haja uma dormência do sistema sensorial humano; esta retira do indivíduo a atuação como cidadão, agindo pela emoção e não pela razão, extasiados, encantados com tamanha grandeza de um chefe e de seu governo, o que acaba eliminando oposição e passando para o representante um poder centralizado e pouco abalável, já os indivíduos pensam depender dele para que ocorram as transformações sociais.

Faz com que haja uma inversão de valores, não é o estado que age em favor da sociedade mas, a sociedade que age em favor do estado, fazendo do ato de governar, o espelho das próprias vontades do chefe, sempre revestida de legalidade e da suposta vontade do povo.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900-200. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. s/p. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1017-1.pdf>>. Acesso em: 16 de jan. 2019.

BARTH, Fernanda. **Mídia, política e pesquisa de opinião pública**. Porto Alegre: Revista Debates, v.1, n.1, p. 26-48, jul-dez 2007.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de curso (TCC)**. 2º reimpressão. Faltava cidade: Editora Atlas. 2009.

BOEKEL, Cristina Reis. **História e propaganda política**: a construção da imagem de Getúlio Vargas (1930-1945). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2005.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios e metodologias**. 21º reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1997, p.41-54.

CORREIA, Genira Chagas. **Na frequência do poder**. Radiodifusão no Brasil. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) -Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORREIA, Genira Chagas. **Radiodifusão no Brasil**. Poder, prestígio e influência. São Paulo: Atlas, 2012.

FALCON, Francisco. História e Poder. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios e metodologias**. 21º reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1997, p.55-82.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (orgs). **O Brasil Republicano I: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. São Paulo: eBooksBrasil, 2005. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/eLibris/estadonovo.html>. Acesso em: 16 jan. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 29 set. 2019, p.31-34.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HOT, Amanda Dutra. **As raízes do brasileiro: a cordialidade na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Pensar Acadêmico, v. 5, p. 5-12, 2011. Disponível em: <<http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/1104>>. Acesso em: 25 de set 2019.

KANG, Jaeho. A mídia e a crise da democracia: Repensando a política estética. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 31, n. 93, p. 60-79, jun./2012. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-93/#58ddc8c832d7c>>. Acesso em: 25 out. 2019.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

LESSA, Orígenes. **Getúlio Vargas na literatura de cordel**. Rio de Janeiro: Documentário, 1973.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Da República Velha ao Estado Novo: Estado e Sociedade: A Consolidação da República Oligárquica. In.: LINHARES, Maria Yedda (org). **História Geral do Brasil**. 9º ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1990.

PARREIRA, Ivonete Maria. **A Era Vargas**. Centro Científico Conhecer. S/D. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/58989699/a-era-vargas>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

PEREIRA, Valdezia. Imagem, comunicação e poder. **PLURAL**, São Paulo, v. 1, p. 1-16, nov./2009. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:-8AJVsCoib8J:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acesso em: 25 out. 2019.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: O cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: WEFFORT, Francisco Corrêa (org). **Os clássicos da política**. 14. ed. v.1. Rio de Janeiro: Editora ática, 2009. p.11-50.

SILVA, Anderson Faria. **A era Vargas**: A construção de um mito (1930-1945).2015. Tese (Trabalho de conclusão de curso em História) - Faculdade, Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, Manhuaçu,2015.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis (RJ), Editora Vozes,1998.

VILLA, Marco Antônio. **A história das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Grupo Leya, 2011. Disponível em: <<http://files.camolinaro.net/200000547-e2767e36f2/A%20Historia%20das%20Constituicoes%20Br%20-%20Marco%20Antonio%20Villa.pdf>>. Aceso em: 16 abr. 2019.

ANEXO A – História de um governo



“[...] a charge do (ANEXO A) satiriza, ao apresentar as várias faces de Getúlio Vargas em relação as suas ações políticas pelo artista Belmonte. Este que acabou sendo proibido de publicar durante o Estado Novo”.

ANEXO B - Vargas e as crianças



“[...] a fotografia do (ANEXO B), é uma propaganda do Estado Novo mostrando Vargas ao lado de crianças”.

ANEXO C – A fotografia de Vargas



“[...] a fotografia do (ANEXO C), se refere à instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1934. Nela vemos Vargas (chapéu na mão esquerda) ao centro, junto a demais personalidades. Destaque para as fotografias serem tiradas de cima para baixo em sua maioria, para não aparecer a baixa estatura do presidente”.

ANEXO D – Propaganda oficial voltada aos trabalhadores



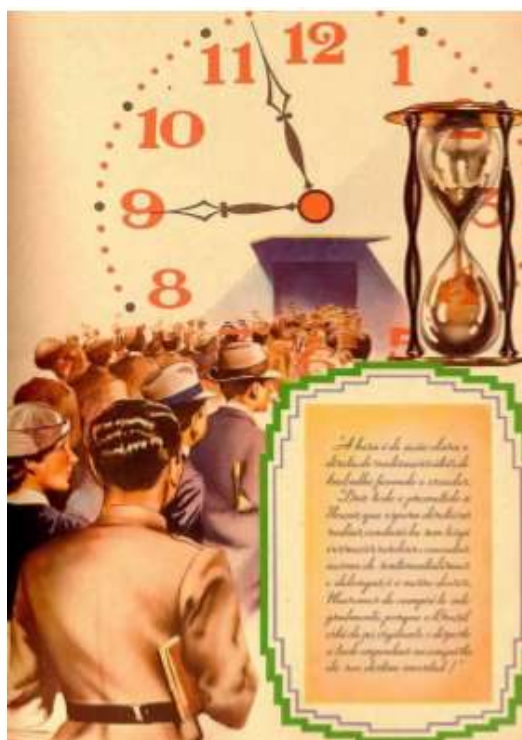
"[...] a imagem do (ANEXO D) faz parte da propaganda oficial direcionada aos trabalhadores".

ANEXO E – Divulgação da festa referente dia do trabalho



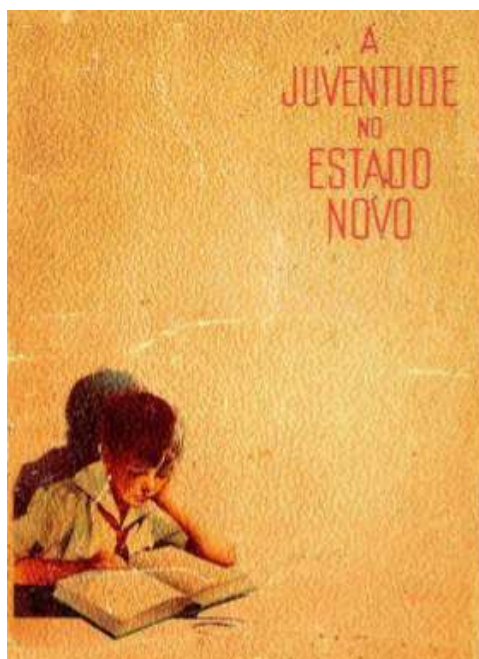
“[...] no (ANEXO E) consta um cartaz divulgando a festividade do 1º de Maio (Dia do Trabalho) onde era feito os pronunciamentos de melhorias para a classe trabalhadora”.

Anexo F – DIP



“[...] no (ANEXO F) temos cartilha de viés nacionalista publicada pelo DIP”.

Anexo G – DIP



“[...] no (ANEXO G) temos cartilha de viés nacionalista publicada pelo DIP”.